



237

**ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior**

**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0007659-32.2011.8.17.0000 (0242523-2)**

**EMBARGANTE:** FAST SHOP COMERCIAL S.A.

**EMBARGADO:** ESTADO DE PERNAMBUCO

**RELATOR:** Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

**RELATOR SUBSTITUTO:** Juiz José Viana Ulisses Filho

**EMENTA:** DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO. ALEGAÇÃO DE VÍCIO DE CONTRADIÇÃO. INEXISTENTE. IMPOSSIBILIDADE DE MANEJO DE AÇÃO MANDAMENTAL EM FACE DE LEI/DECRETO INEXISTENTE. LEIS POSTERIORES QUE RATIFIQUEM OU REPRODUZAM OS TERMOS DO PROTOCOLO Nº 21/2011 DEVEM SER OBJETO DE AÇÃO PRÓPRIA. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS. UNANIMIDADE DE VOTOS.

- Trata-se de Embargos de Declaração interpostos em face de acórdão exarado nos autos do Mandado de Segurança nº 0242523-2 (fls. 205/206-v), de lavra da Relatoria do Des. Antenor Cardoso Soares Júnior. O embargante indica como objetivo recursal sanar contradição existente no acórdão, que concedeu em parte a segurança pleiteada, deixando de determinar a não aplicação de quaisquer normas futuras que disciplinem o tema da mesma maneira que a norma ora afastada.
- Alega tratar-se de mandado de segurança preventivo em face de ato a ser praticado pelo Secretário da Fazenda do Estado de Pernambuco, para afastar a cobrança de ICMS pelo Estado, nas operações interestaduais de vendas não presenciais destinadas a consumidores não contribuintes do ICMS, na modalidade prevista pelo Protocolo ICMS nº 21/2011 do CONFAZ, ou em termos semelhantes previstos em qualquer norma posterior que ratifique ou reproduza os seus termos.
- Aponta a existência de equívoco, na medida em que a questão aqui tratada é de índole constitucional, relativa ao art. 155, §2º, VII da CF/88. Defende que, sem que o Texto Constitucional seja previamente alterado, toda e qualquer norma elaborada nos moldes ou com termos semelhantes ao do Protocolo nº 21/2011, do CONFAZ, será irremediavelmente inconstitucional, devendo ser desde logo afastada sua aplicação, o que pode e deve ser regularmente realizado nestes autos.
- Neste contexto, requer sejam acolhidos os presentes embargos, a fim de que seja sanada a contradição entre a fundamentação e o dispositivo da decisão, para reconhecer a inaplicabilidade de quaisquer normas futuras elaboradas em termos semelhantes, que ratifique ou reproduzam os termos da ora afastada (Protocolo 21), ainda que referida norma seja veiculada por lei/decreto, ante a evidente inconstitucionalidade de seu conteúdo, e em razão do caráter preventivo do presente *mandamus*.
- Contrarrazões às fls. 231/233 dos autos.
- PASSO A DECIDIR. É cediço que os embargos de declaração têm como função afastar da decisão qualquer omissão necessária à solução da lide, não permitir a obscuridade, por acaso identificada, e extinguir qualquer contradição entre a premissa argumentada e a conclusão.
- No que tange especificadamente à contradição apontada entre a fundamentação do acórdão e o seu dispositivo, não a verifico. Não obstante o fato de este Grupo de Câmaras ter entendido pelo afastamento da regra constante do Protocolo nº 21/2011, fulcrado no Texto Constitucional, não se pode atribuir ao mandado de segurança em tela o alcance desejado pelo embargante/impetrante, e estender tal



**ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior**

entendimento a toda e qualquer lei/decreto posterior, que, porventura, venha a ser promulgado nos mesmos moldes.

- Ainda que se trate de ação mandamental preventiva, deve haver a demonstração, por parte do autor, de existência de atos aptos a evidenciar a ação temida, e não apenas uma narrativa genérica de uma situação fática, todavia a simples possibilidade de promulgação de norma posterior que ratifique ou reproduza os termos do Protocolo nº 21/2011 não tem o condão de configurar iminência de lesão a direito subjetivo do impetrante, apta a ensejar concessão de segurança neste sentido.
- Merece destaque trecho do acórdão embargado que elucida que "... o protocolo nº 21/2011 do CONFAZ impõe obrigações concretas e imediatas, o que viabiliza, em tese, a impetração do writ." Adiante esclarece que "... a norma impugnada é de efeitos concretos e não possui a generalidade e abstração características dos atos legislativos não impugnáveis por mandado de segurança". Tal motivo levou à rejeição da preliminar de impetração contra lei em tese.
- Nesta senda, quis se dizer, como de fato foi dito, que se permitiu o manejo do mandado de segurança objeto de exame, porque impetrado em face de norma de efeito concreto, qual seja, o Protocolo nº 21/2011. Fora deste contexto, ou seja, leis posteriores, que porventura ratifiquem ou reproduzam os termos do protocolo, não podem ser objeto de ação mandamental, ainda que de forma preventiva.
- Com efeito, se não é permitida a impetração de mandado de segurança contra lei em tese, é óbvia a impossibilidade do seu manejo em face de leis inexistentes no Ordenamento Jurídico.
- Por fim, o pressuposto legal conferido aos embargos de declaração e os limites objetivos aos quais devem estar submissos não autorizam ao embargante manejá-los com efeitos infringentes, conferindo-lhes um alcance que não lhes são próprios, para rediscutir as questões já dirimidas e sujeitá-las a uma nova análise que se conforme com a pretensão deduzida em juízo, na busca da reforma do julgado hostilizado e o acolhimento da sua pretensão. De fato, a via eleita não se presta a tal desiderato. Em face do exposto, conheço dos presentes Embargos de Declaração para rejeitá-los dada à ausência dos pressupostos constantes do art. 535 do CPC.
- Unanimemente, o Grupo conheceu, porém negou provimento aos Embargos Declaratórios.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração no Mandado de Segurança nº 0242523-2, em que figura como embargante FAST SHOP COMERCIAL S.A. e como embargado o ESTADO DE PERNAMBUCO

**ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes do Egrégio Grupo de Câmaras de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em negar provimento aos embargos declaratórios, tudo de conformidade com a ementa, o relatório e o voto, que passam a integrar este aresto.

Recife, 24 de 09 de 2014

Juiz José Viana Ulisses Filho  
Relator Substituto



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0007659-32.2011.8.17.0000 (0242523-2)**

**EMBARGANTE:** FAST SHOP COMERCIAL S.A.

**EMBARGADO:** ESTADO DE PERNAMBUCO

**RELATOR:** Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

**RELATOR SUBSTITUTO:** Juiz José Viana Ulisses Filho

**RELATÓRIO**

Trata-se de Embargos de Declaração interpostos em face de acórdão exarado nos autos do Mandado de Segurança nº 0242523-2 (fls. 205/206-v), de lavra da Relatoria do Des. Antenor Cardoso Soares Júnior.

O embargante indica como objetivo recursal sanar contradição existente no acórdão, que concedeu em parte a segurança pleiteada, deixando de determinar a não aplicação de quaisquer normas futuras que disciplinem o tema da mesma maneira que a norma ora afastada.

Alega tratar-se de mandado de segurança preventivo em face de ato a ser praticado pelo Secretário da Fazenda do Estado de Pernambuco, para afastar a cobrança de ICMS pelo Estado, nas operações interestaduais de vendas não presenciais destinadas a consumidores não contribuintes do ICMS, na modalidade prevista pelo Protocolo ICMS nº 21/2011 do CONFAZ, ou em termos semelhantes previstos em qualquer norma posterior que ratifique ou reproduza os seus termos.

Aponta a existência de equívoco, na medida em que a questão aqui tratada é de índole constitucional, relativa ao art. 155, §2º, VII da CF/88. Defende que, sem que o Texto Constitucional seja previamente alterado, toda e qualquer norma elaborada nos moldes ou com termos semelhantes ao do Protocolo nº 21/2011, do CONFAZ, será irremediavelmente inconstitucional, devendo ser desde logo afastada sua aplicação, o que pode e deve ser regularmente realizado nestes autos.

Neste contexto, requer sejam acolhidos os presentes embargos, a fim de que seja sanada a contradição entre a fundamentação e o dispositivo da decisão, para reconhecer a inaplicabilidade de quaisquer normas futuras elaboradas em termos semelhantes, que ratifique ou reproduzam os termos da ora afastada (Protocolo 21), ainda que referida norma seja veiculada por lei/decreto, ante a evidente inconstitucionalidade de seu conteúdo, e em razão do caráter preventivo do presente *mandamus*.

Contrarrazões às fls. 231/233 dos autos.

É o que importa relatar. Passo a decidir.

Recife, 24 de 09 de 2014

  
Juiz José Viana Ulisses Filho  
Relator Substituto



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0007659-32.2011.8.17.0000 (0242523-2)**

**EMBARGANTE:** FAST SHOP COMERCIAL S.A.

**EMBARGADO:** ESTADO DE PERNAMBUCO

**RELATOR:** Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

**RELATOR SUBSTITUTO:** Juiz José Viana Ulisses Filho

**VOTO**

É cediço que os embargos de declaração têm como função afastar da decisão qualquer omissão necessária à solução da lide, não permitir a obscuridade, por acaso identificada, e extinguir qualquer contradição entre a premissa argumentada e a conclusão.

No que tange especificadamente à contradição apontada entre a fundamentação do acórdão e o seu dispositivo, não a verifico. Não obstante o fato de este Grupo de Câmaras ter entendido pelo afastamento da regra constante do Protocolo nº 21/2011, fulcrado no Texto Constitucional, não se pode atribuir ao mandado de segurança em tela o alcance desejado pelo embargante/impetrante, e estender tal entendimento a toda e qualquer lei/decreto posterior, que, porventura, venha a ser promulgado nos mesmos moldes.

Ainda que se trate de ação mandamental preventiva, deve haver a demonstração, por parte do autor, de existência de atos aptos a evidenciar a ação temida, e não apenas uma narrativa genérica de um fato. De certo que não precisaria encontrar-se concretizada a situação fática, todavia a simples possibilidade de promulgação de norma posterior que ratifique ou reproduza os termos do Protocolo nº 21/2011 não tem o condão de configurar iminência de lesão a direito subjetivo do impetrante, apta a ensejar concessão de segurança neste sentido.

Merece destaque trecho do acórdão embargado que elucida que "... o protocolo nº 21/2011 do CONFAZ impõe obrigações concretas e imediatas, o que viabiliza, em tese, a impetração do writ." Adiante esclarece que "... a norma impugnada é de efeitos concretos e não possui a generalidade e abstração características dos atos legislativos não impugnáveis por mandado de segurança". Tal motivo levou à rejeição da preliminar de impetração contra lei em tese.

Nesta senda, quis se dizer, como de fato foi dito, que se permitiu o manejo do mandado de segurança objeto de exame, porque impetrado em face de norma de efeito concreto, qual seja, o Protocolo nº 21/2011. Fora deste contexto, ou seja, leis posteriores, que porventura ratifiquem ou reproduzam os termos do protocolo, não podem ser objeto de ação mandamental, ainda que de forma preventiva.

Com efeito, se não é permitida a impetração de mandado de segurança contra lei em tese, é óbvia a impossibilidade do seu manejo em face de leis inexistentes no Ordenamento Jurídico.

Por fim, o pressuposto legal conferido aos embargos de declaração e os limites objetivos aos quais devem estar submissos não autorizam ao embargante manejá-los com efeitos infringentes, conferindo-lhes um alcance que não lhes são próprios, para rediscutir as questões já dirimidas e sujeitá-las a uma nova análise que se conforme com a pretensão deduzida em juízo, na busca da reforma do julgado hostilizado e o acolhimento da sua pretensão. **De fato, a via eleita não se presta a tal desiderato.**

Em face do exposto, conheço dos presentes Embargos de Declaração para rejeitá-los dada à ausência dos pressupostos constantes do art. 535 do CPC.

Recife, 24 de 09 de 2014

Juiz José Viana Ulisses Filho  
Relator Substituto